

Contribuições da Crítica Pós-Colonial aos Estudos de Literatura Comparada

José Luís Giovanoni Fornos*

Resumo: O presente ensaio aponta contribuições da crítica pós-colonial aos estudos de literatura comparada. Ressalta suas principais categorias como transnacionalidade, hibridação e diáspora, observando a importância das mesmas na constituição dos sujeitos e na investigação de narrativas elaboradas no atual estágio do modo de produção capitalista. O trabalho examina um grupo de narrativas de língua portuguesa do século XXI cujas peculiaridades endossam uma estética diaspórica e multicultural. Os livros selecionados são *O evangelho segundo a serpente* (2006), romance de estréia da escritora portuguesa Faíza Hayat; *As mulheres do meu pai* (2007) e *Milagrário pessoal* (2010), do angolano José Eduardo Agualusa; *Réquiem para o navegante solitário* (2007), do escritor timorense Luís Cardoso.

Palavras-chave: Literatura Comparada. Crítica Pós-Colonial. Narrativas de Língua Portuguesa. Deslocamentos da identidade cultural.

* Doutor em Letras pela PUCRS e professor da Universidade Federal do Rio Grande. (FURG). Email: jlgf@vetorial.net

R. Língua & Literatura	Frederico Westphalen	v. 13	n. 20	p. 13-35	Ago. 2011. Recebido em: 23 mai. 2011 Aprovado em: 02 ago. 2011
------------------------	----------------------	-------	-------	----------	---

O presente trabalho apresenta conceitos e categorias da crítica pós-colonial,¹ mostrando sua contribuição aos estudos comparados em literatura. Para tanto, recorre, em especial, a textos de Edward Said, Homi Bhabha e Stuart Hall. Ao final, apresenta breve análise de um grupo de narrativas produzidas por escritores de língua portuguesa cuja ênfase são os deslocamentos culturais. Dos textos ficcionais selecionados consta *O evangelho segundo a serpente* (2006), romance de estréia da escritora portuguesa Faíza Hayat; *As mulheres do meu pai* (2007) e *Milagrário pessoal* (2010), do angolano José Eduardo Agualusa; *Réquiem para o navegante solitário* (2007), do escritor timorense Luís Cardoso.

É preciso inicialmente reconhecer que, desde sua origem, os estudos comparados em literatura buscam um método que melhor possa estabelecer epistemologicamente a investigação comparatista. Houve desde sempre a convicção de que o comparatismo ampliaria as condições de investigação a variados sistemas e movimentos literários, evidenciando a diversidade de objetos como um dos pressupostos de sua estrutura. Tal intenção confere à literatura comparada um vasto campo de atuação o que provoca, ao mesmo tempo, divergência de noções e de orientações metodológicas (CARVALHAL, 2004).

Nesta tarefa, continuamente concretizada ao longo da história, por diferentes escolas e autores, está explícita a ideia dos intercâmbios internacionais, tornando-se tal elemento um dos marcos diferenciadores da literatura comparada. Como defende Guyard:

A literatura comparada é a história das relações literárias internacionais. O comparatista se coloca nas fronteiras, linguísticas e nacionais, e examina as mudanças de temas, ideias, livros ou sentimentos entre duas ou várias

¹Segundo a avaliação de Sérgio Costa, os estudos pós-coloniais “não constituem propriamente uma matriz teórica única.” Trata-se, segundo o autor, “de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes da modernidade.” A crítica pós-colonial, “iniciada por aqueles autores qualificados como intelectuais da diáspora negra ou migratória – fundamentalmente imigrantes oriundos de países pobres que vivem na Europa Ocidental e na América do Norte – teve, na crítica literária, sobretudo na Inglaterra e nos EUA, a partir dos anos 1980, suas áreas pioneiras de difusão.” (COSTA, 2006, p. 84).

literaturas. O seu método de trabalho deverá adaptar-se à diversidade de suas pesquisas. Um certo equipamento lhe é indispensável. Ele deve ser capaz de ler diversas línguas, e deve saber aonde localizar as bibliografias indispensáveis. (COUTINHO, 2006, p. 42).

É sobre o potencial do intercâmbio internacional que categorias como viagem,² encontro³ e contato assumem um papel histórico relevante no entendimento das relações de poder sob os pontos de vista político e literário. São categorias estruturantes do comparatismo que a episteme pós-colonial absorveu de maneira crítica, testemunhando “as forças desiguais e irregulares de representação cultural”, intervindo “nos discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma normalidade hegemônica ao desenvolvimento das histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos.” (BHABHA, 1998, p. 239). São processos de

²As viagens voluntárias e involuntárias proporcionaram “uma literatura abundante; coisas vistas e ouvidas, contadas oralmente ao retorno, que puderam fecundar imaginações; ou consignadas no papel, em formas diversas, desde as simples notas rabiscadas num pequeno caderno até o relato de viagem, passando pelo diário de viagem e pela carta, sem esquecer o panfleto enraivecido. Obras fundamentais focalizam os intercâmbios internacionais, a psicologia dos povos, a constituição de mitos de um novo gênero, a renovação do pensamento de um escritor ou as ideias-mestras de uma literatura.” (BRUNEL, P.; PICHOS, C. L.; ROUSSEAU, A. M. *Que é literatura comparada?* São Paulo: Perspectiva, 1995.)

³ O motivo do encontro é um dos aspectos que caracteriza a cronotopia bakhtiniana. Para o autor russo, “o motivo do encontro recebe matizes diferentes e concretos, inclusive emocionais e de valor”, podendo assumir um significado semi ou totalmente metafórico, tornando-se, por fim, um símbolo. O cronotopo do encontro exerce, em literatura, funções composicionais, servindo de nó ou mesmo desfecho do enredo. Para Bakhtin, o “encontro é um dos mais antigos acontecimentos formadores do enredo”, em particular do romance, devendo-se observar a “estreita ligação do motivo do encontro com motivos da separação, a fuga, o reencontro, a perda, o casamento”. É preciso ressaltar igualmente a ligação de tal cronotopo com o da estrada o que nos leva a refletir sobre a situação do deslocamento e da viagem. Cabe, aqui, a questão não abordada por Bakhtin, embora sugerida, sobre a caracterização da cronotopia do encontro e da estrada no chamado romance pós-colonial. Atento à caracterização histórico-formal do romance, Bakhtin, todavia, enfatizando o romance antigo, minimiza o sentido político e geográfico da cronotopia. Nesse sentido, acrescenta que, “é importante passar a um outro país, mas qual será esse outro país também é absolutamente indiferente. As peripécias aventurosas do romance grego não têm quaisquer ligações substanciais com as particularidades de cada país que figura no romance, com sua estrutura sócio-política, sua cultura, sua história.” (BAKHTIN, 1998, p. 224).

interação cultural que podem ser compreendidos como *zonas de contato*, tal como foi exposto por Mary Louise Pratt (1999). O deslocamento de pessoas, ideias e textos cumpriria uma função exemplar na construção de tais espaços, promovendo processos de transculturação.⁴

Por meio das viagens, dos encontros e dos contatos é que prosperam as comparações cujos resultados, para uma crítica pós-colonial, devem ser dimensionados à luz do que Aníbal Quijano chama de *colonialidade do poder*. Para o autor, um dos elementos constitutivos desta colonialidade é “o padrão mundial do poder capitalista.” (QUIJANO, 2009, p. 73). Dessa forma, está associada à evolução de tal poder, a ideia de modernidade, projetada a partir do território europeu. Na visão do estudioso peruano:

A colonialidade do poder e a dependência histórico-estrutural implicam ambas a hegemonia do eurocentrismo como perspectiva epistemológica. No contexto da colonialidade do poder, a população dominada, nas novas identidades que lhes haviam sido atribuídas, foram também submetidas à hegemonia eurocêntrica como maneira de conhecer, na medida em que alguns de seus setores puderam aprender a língua dos dominadores. Portanto, o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob sua hegemonia. (QUIJANO, 2009, p. 74-75).

Ao incorporarmos as figuras do encontro e do contato às características da evolução do modo de produção capitalista, elas perdem seu grau de neutralidade, assumindo conotações ideológicas. É a partir de tal entendimento que o pós-colonialismo enquanto teoria crítica pretende reavaliar os valores disseminados pelas estruturas

⁴ Para Fernando Ortiz, a transculturação é um processo cultural-social em que as diversas culturas se fundem na vida cotidiana e na cultura. O conceito foi adaptado à literatura por Angel Rama (*Transculturação narrativa em América Latina*, México, Siglo XXI, 1982). Para Rama, a transculturação aparece como uma mestiçagem cultural; ocorre entre a alta cultura e a subalterna, está a cargo de uma vanguarda de escritores e críticos e se relaciona à identidade nacional e ao estabelecimento e consolidação do Estado. In: LUDMER, Josefina. *O gênero gauchesco: um tratado sobre a pátria*. Chapecó, SC: Argos, 2002.

de poder material e cultural dos centros metropolitanos capitalistas europeus, problematizando um dos fundamentos eurocêntricos: a ideia de uma literatura universal que, graças aos seus apurados empreendimentos técnico-linguísticos, contribuía para o humanismo.

Segundo Said, uma das inspirações de seu livro *Orientalismo* é a crítica ao extremo eurocentrismo do alegado universalismo de campos como os clássicos, como se outras literaturas e sociedades tivessem um valor menor ou ultrapassado. Por trás desse enfoque, escondiam-se opções e valores específicos, dentre os quais a de cultura nacional. “É evidente que inúmeros pensadores europeus ao celebrar a humanidade e a cultura, estavam celebrando, sobretudo, ideias e valores que atribuíam a suas próprias culturas nacionais.” (SAID, 1999, p. 79). Para o autor, os comparatistas em geral mostraram-se pouco interessados pelos textos asiáticos, africanos ou latino-americanos.

De outro modo, Said ressalta a importância dos comparatistas que consideravam o nacionalismo como algo transitório e, por vezes irrelevante. Significativo era o “concerto dos povos e espíritos que transcendia o mesquinho âmbito político da burocracia, dos exércitos, das alfândegas e da xenofobia.” (SAID, 1999, p. 80). Desta forma, o estudo comparado da literatura poderia fornecer uma perspectiva transnacional, e até trans-humana.

Tal disposição ecoa nas proposições de Homi Bhabha (1998) ao defender os estudos da cultura como transnacionais e tradutórias.⁵ A defesa do transnacional como categoria investigativa ocorre porque os discursos contemporâneos “estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural” (p. 241). A mobilidade de indivíduos e comunidades configura novas territorialidades,

⁵ Para Bhabha, a ideia de tradução não é a de “transportar fatias suculentas de sentido de um lado da barreira de uma língua para a outra”. A cultura como estratégia de sobrevivência, escreve Bhabha, é tanto transnacional como tradutória. “A cultura é tradutória porque as histórias espaciais de deslocamento tornam a questão de como a cultura significa, ou o que é significado por cultura.” (BHABHA, 1998, p. 248).

⁶ São importantes as reflexões e reivindicações teóricas de Paul Gilroy ao defender a tese de um *Atlântico negro* como unidade de análise única e complexa do mundo moderno para produzir uma perspectiva transnacional e intercultural, em oposição às abordagens nacionalistas ou etnicamente absolutas. A história do Atlântico negro “propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento, identidade e memória histórica.” (GILROY, 2008, p. 59).

perturbando a mecânica cultural e histórica dos pertencimentos.⁶

É desta maneira que “o estudo da literatura mundial poderia ser o estudo do modo pela qual as culturas se reconhecem através das projeções de alteridade.” (BHABHA, 1998, p. 33). Em consequência, o terreno da literatura mundial poderia ser “as histórias transnacionais de migrantes, colonizados ou refugiados políticos. O centro de tal estudo não seria nem a soberania de culturas nacionais nem o universalismo da cultura humana.” (BHABHA, 1998, p. 33).

Ao reavaliar os conceitos de culturas nacionais homogêneas, ao problematizar a transmissão de tradições históricas ou comunidades étnicas orgânicas, a crítica pós-colonial põe em questão a própria base do comparatismo cultural, promovendo um profundo processo de redefinição de tais estudos.

Nessa redefinição, outras vozes – as chamadas minorias – constituem-se tema internacional, desde que as mesmas sejam compreendidas à luz do hibridismo cultural cujo “conceito original” Bhabha extrai de Bakhtin e dos pós-estruturalistas. Tais sujeitos se situariam nas “margens deslizantes do deslocamento cultural”, recusando os traços étnicos e raciais “inscritos na lápide fixa da tradição.” (BHABHA, 1998, p. 20). Essas diferenças ocorrem no processo mesmo de sua manifestação, elas não são uma entidade ou expressão de um estoque cultural acumulado, não havendo um vínculo pré-determinado a um lugar na estrutura social. “O sujeito é sempre provisório, circunstancial e cingido entre um sujeito falante e um sujeito falado, reflexivo.” (COSTA, 2006, p. 93).

Com a presença dos sujeitos pós-coloniais, efeito da expansão global do capital, fruto do processo de colonização e das lutas de independência nacionais, bem como das guerras étnico-civis em países do chamado Terceiro Mundo, o estudo comparatista recebe novo impulso. A crítica pós-colonial dá testemunho de tal impulso ao indagar acerca das diferenças culturais e dos processos de hibridação como fator epistêmico na compreensão das nações e comunidades. Um novo contorno disciplinar é dado ao comparatismo ao se inserir em sua matéria metodológica tais categorias, acrescidas ainda pelas noções de viagem, diáspora, exílio e migração.

No Brasil, Eduardo Coutinho reúne no livro *Literatura comparada na América Latina* (2003), ensaios em que destaca a presença da crítica pós-colonial na evolução dos estudos comparados.

Chama a atenção de que qualquer revisão crítica da Literatura Comparada deve ocupar-se das alterações sofridas pela disciplina de meados da década de 70 para o presente, passando de um discurso coeso e unívoco, com forte propensão universalizante, para outro plural e descentrado. Para o autor:

O desvio de olhar operado no seio do comparativismo, como resultado da consciência do teor etnocêntrico que o dominara em fases anteriores, emprestou novo alento à disciplina, que atingiu enorme efervescência justamente naqueles locais até então situados à margem e agora tornados postos fundamentais no debate internacional. (COUTINHO, 2003, p. 35).

Eduardo Coutinho enfatiza o significado desses locais - dentre os quais a América Latina, em contrapartida ao modelo eurocêntrico até então tido como referência. Para o autor, o desafio levantado por críticos como Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak ao processo sistemático instituído pelas nações colonizadoras de inventariar outras culturas alcança enorme repercussão, ocasionando, em lugares como a Índia, a África e a América Latina, reivindicações de constituição de uma História Literária calcada na tradição local, cujo resgate se tornara indispensável. O aspecto político do comparativismo é agora “não só assumido conscientemente, como inclusive enfatizado”, surgindo uma necessidade imperativa de revisão e redefinição dos cânones literários.

Ao mesmo tempo, o estudioso brasileiro questiona sobre a possibilidade hoje de se construírem cânones, seja na esfera nacional, seja na internacional, que contemplem as diferenças de cada grupo ou nação. E seria possível instituírem-se cânones com margens de flexibilidade, que não viessem a cristalizar-se, tornando-se novas imposições? Seriam ainda cânones?, adverte o autor. Perguntas como essas se deparam “quase sempre sem resposta na agenda do comparativismo, sobretudo após os chamados Estudos Culturais e Pós-Coloniais” que pôs em xeque o etnocentrismo da disciplina.

Parte dessas informações encontra-se no estudo de Sandra Nitri, intitulado *Literatura comparada: história, teoria e crítica*. Neste, a autora faz referências a teorias e autores do comparativismo

em diferentes épocas e países como, por exemplo, Paul Van Tieghem, René Etiemble, Zhirmunski, Söter, Adrian Marino, Angel Rama, Antonio Candido, Itamar Even Zohar.

Também o livro *Literatura comparada: textos fundadores*, publicado pela editora Rocco em 1994, organizado pelos professores Eduardo Coutinho e Tânia Franco Carvalhal, traz preciosa coletânea de ensaios acerca da formação e desenvolvimento da disciplina, com ênfase nas teses de duas escolas: a francesa e a norte-americana.

Os trabalhos ensaísticos da professora Tânia Carvalhal são referências obrigatórias. Destaca-se, em especial, o livro *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada* (2003), onde a autora amplia as potencialidades investigativas do comparativismo, ressaltando as relações entre Literatura Comparada e globalização; Literatura comparada e Estudos culturais; Literatura Comparada e tradução, etc.

Salienta-se que, nos mencionados livros, não há, contudo, capítulo focalizando as relações da crítica pós-colonial com a Literatura Comparada. Nos ensaios de Carvalhal, a autora tangencia o tema, discutindo o cânone e a presença dos estudos culturais e os efeitos da globalização nas culturas nacionais e regionais. Todavia, os exemplos estão circunscritos a literaturas “emancipadas”, não abordando situações narrativas de países recentemente independentes como os da África de língua portuguesa.

Neste caso, os objetos do pós-colonial estariam associados a determinados contextos históricos e geográficos? É correto circunscrever a crítica pós-colonial a ambientes culturais específicos? É possível afirmar que no Brasil há textos cujas características sejam definidas a partir das categorias do pós-colonial? Que postura o intelectual pós-colonial deve tomar frente ao terreno das diferenças culturais e ideológicas? A hibridação enquanto fenômeno empírico funciona como categoria epistêmica e política, visando à emancipação dos sujeitos históricos subalternizados?

Para se pensar sobre tais questionamentos, recorre-se a um importante ensaio do jamaicano Stuart Hall, intitulado “*Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite*”, presente no livro *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (2003). Ao focar o lugar do pós-colonialismo no universo histórico, epistêmico e político hoje,

Hall rebate argumentos e críticas de teóricos como Ella Shohat, Anne McClintock e Arif Dirlik, demarcando características e objetivos da crítica pós-colonial.

É a partir da temporalidade histórica e da geografia que Stuart Hall principia o debate acerca dos fundamentos que ordenam o pós-colonialismo. Na introdução de seu ensaio, aponta três questões-chaves: “quando foi o pós-colonial?”; “O que deveria ser incluído e excluído de seus limites?” E onde se encontra a fronteira que divide o pós-colonial de seus outros termos afins: colonialismo, Terceiro Mundo, imperialismo.

O primeiro aspecto é pensá-lo à luz do colonialismo cuja característica histórica se define pela posição social dos envolvidos: colonizadores e colonizados. A pergunta é como tal crítica reage hoje ao binarismo do momento histórico anterior? Nas palavras de Hall: “Que tipo de diferença é essa e quais as suas implicações para a política e para a formação dos sujeitos na modernidade tardia?” (p. 101).

Para responder às questões, Hall convoca, em primeiro lugar, a avaliação de Ella Shohat que aponta “para a ambiguidade teórica e política da teoria; sua multiplicidade vertiginosa de posições, seus deslocamentos universalizantes e anistóricos e suas implicações despolitizantes” (p. 102).⁷ Tal posição coaduna-se com a de Anne McClintock. Para ambas, o conceito é “utilizado para marcar o fechamento final de um período histórico, como se o colonialismo e

⁷Ella Shohat afirma e questiona que: The term ‘post-colonial’ carries with it the implication that colonialism is now a matter of the past, undermining colonialism’s economic, political, and cultural deformative-traces in the present. As a signifier of a new historical epoch, the term ‘post-colonial’, when compared with neo-colonialism, comes equipped with little evocation of contemporary power relations. What, then, is the meaning of post-coloniality when certain structural conflicts persist? How then does one negotiate sameness and difference within the framework of a ‘post-colonial’ whose ‘post’ emphasizes rupture and deemphasizes sameness? (MATA, 2007, p. 31).

O termo ‘pós-colonial’ carrega consigo a implicação de que o colonialismo tornou-se um problema do passado, desconsiderando os traços econômicos, políticos e culturais deformantes persistentes no presente. Como significante de uma nova época histórica, o termo pós-colonial quando comparado com neo-colonialismo faz pouca referência às relações contemporâneas de poder. Qual, então, é o sentido da pós-colonialidade quando certos conflitos estruturais persistem? Como então se negociam semelhanças e diferenças no interior da estrutura de um ‘pós-colonial’ cujo ‘pós’ enfatiza ruptura e desenfatura semelhança? (tradução do autor).

seus efeitos estivessem definitivamente fechados.” (p. 102).

Outro crítico é Arif Dirlik que afirma que o pós-colonialismo é um discurso “pós-estruturalista e pós-fundacionista” usado por intelectuais deslocados do Terceiro Mundo, que “estão se dando bem em universidades prestigiosas americanas.” (p. 102). Dirlik enfatiza também que o pós-colonial “menospreza a estrutura capitalista do mundo moderno.” (p. 103).

Em relação aos apontamentos que acusam certa despolitização e descontextualização histórica da teoria pós-colonial, Hall argumenta que há, por parte dos autores, certa nostalgia e ansiedade em retornar a uma política bem definida de “oposições binárias”, onde se possam traçar linhas claras que separem os “bonzinhos dos malvados”. Tais linhas “podem ter sido simples de traçar no passado, mas não são assim hoje em dia”. De outro modo, isso não significa que não existam o “certo” e o “errado”. Para Hall:

As posições políticas não são fixas, não se repetem de uma situação histórica a outra, nem de um teatro de antagonismos a outro. Afinal, não estamos todos, de formas distintas e através de espaços conceituais diferentes, buscando desesperadamente compreender o que significa fazer uma escolha política ética e se posicionar em um campo político necessariamente aberto e contingente? (p. 104-105).

Numa atitude similar, Homi Bhabha (1998) busca no termo negociação a chave para interpretar as questões do nosso tempo, balizado, entre outros aspectos, pela crise dos referenciais socialistas. Evita, naturalmente, a idéia conservadora de reformismo liberal. Porém interpreta a noção de negociação como “um evento de instâncias contraditórias e antagônicas que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas entre o saber e seus objetos entre a teoria e a razão prático-política.” (p. 51).

O propósito de Bhabha é contestar o termo negação – componente crítico da modernidade – pois é um elemento incapaz de criar hoje condições de reconhecimento das identidades culturais e das concepções acerca de uma teoria da história: “Quando falo de negociação em lugar de negação, quero transmitir uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos

antagônicos ou contraditórios: uma dialética sem a emergência de uma História teleológica ou transcendente.” (BHABHA, 1998, p. 51).

Em condições históricas totalmente adversas, parece evidente que o momento de negação promovido pelos movimentos marginais de resistência contra os valores dominantes seja a norma. Essa é a preocupação de Shohat quando acusa a dispersão e ambivalência discursiva do discurso pós-colonial, confundindo os agentes históricos da mudança social, dissolvendo-os em sujeitos atomizados da sociedade de classe.⁸

Portanto, é preciso contextualizar as ações, impedindo que haja um fechamento prévio das estratégias identitárias e ideológicas. No atual estágio da produção política e cultural o que fortalece mais os caminhos para emancipação social? Para alguns, os hibridismos étnico-culturais não revelam adequadamente as posições dos sujeitos na sociedade, mascarando situações de desigualdade e opressão. Contestando os processos de hibridação, Fredric Jameson vê a importância das classes sociais como estratégia para renovação em vista de sua materialidade estrutural. Partindo das representações althusserianas e psicanalíticas, Jameson enfatiza que:

As categorias de classe são mais materiais, mais impuras e escandalosamente misturadas no modo pelo qual seus fatores determinantes ou definidores envolvem a produção de objetos e as relações por ela determinadas, assim como a força dos respectivos aparatos: podemos, desse modo, ver, através das categorias de classe, a base de pedra que sustenta o processo. (JAMESON, 1996, p. 347)⁹

⁸Boaventura de Sousa Santos adverte para os riscos de se celebrar a condição híbrida diaspórica como situação que “permite uma infinita criatividade”, uma vez que a mesma tem sido frequentemente utilizada “para ocultar as realidades imediatas, econômicas, sociais, políticas e culturais dos imigrantes ou das comunidades diaspóricas.” Segundo o autor, “a aura pós-colonial, a celebração da diáspora e o enaltecimento da estética da hibridez tendem a ocultar os conflitos sociais reais em que os grupos imigrantes ou diaspóricos envolvidos, e sempre em posições de poder que lhe são desfavoráveis...” (SANTOS, 2006, p. 240).

⁹ Consciente do paradoxo, Jameson, de outro modo, escreve que “as classes são demasiado abrangentes para figurar como utopias, como opções que escolhemos e com que nos identificamos de forma fantasmática. A única gratificação oferecida pela categoria de classe é sua futura abolição.” (JAMESON, 1996, p. 347).

Em resposta a Jameson, Bhabha elege a comunidade como categoria crítica à hegemonia do capital monopolista globalizado. Tal figura perturbaria a grande narrativa globalizadora do capital, deslocando a ênfase dada à produção na coletividade de classe e rompendo a homogeneidade da *comunidade imaginada da nação*. Para o autor: “A comunidade é o suplemento antagônico da modernidade: no espaço metropolitano ela é o território da minoria, colocando em perigo as exigências da civilidade; no mundo transnacional ela se torna o problema de fronteira dos diaspóricos, dos migrantes, dos refugiados.” (BHABHA, 1998, p. 317).

Voltando às respostas de Hall acerca do lugar e dos limites da crítica pós-colonial, o autor concorda com Shohat sobre os riscos de uma “universalização espúria” do pós-colonialismo. Para tanto, é necessário estar atento para as suas discriminações e especificidades, observando uma distinção criteriosa das formações sociais e raciais. Isso significa que “nem todas as sociedades são pós-coloniais num mesmo sentido.” (p. 107).

De outro modo, é preciso salientar que uma das principais contribuições do termo pós-colonial é ter dirigido a atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades imperiais. Esteve inscrita sempre nelas, da mesma maneira como se tornou “indelevelmente inscrita nas culturas dos colonizados” (p. 108) Assim, “as diferenças entre as culturas colonizadora e colonizada permanecem profundas. Mas nunca operaram de forma binária, nem certamente o fazem mais (HALL, 2003, p. 108).

É preciso reafirmar essa dupla inscrição do discurso pós-colonial. Com efeito, este não se restringe à descrição de uma determinada época ou sociedade, relendo a colonização como “parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural”, produzindo uma “reescrita descentrada, diaspórica e global das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação.” (p. 109).

Recusa igualmente a cronologização do pós-colonial. É preciso olhá-lo para além das periodizações históricas, ainda que o rompimento com o colonialismo tenha sido um fato decisivo na formação dos novos Estados-Nação. De outro modo, o cenário atual não liquidou inteiramente a inscrição colonial, sobrevivendo seus

efeitos secundários nas periferias das metrópoles.

Ainda que haja a sobrevivência secundária de resquícios do colonialismo, não se pode mais mapear sua política, nem considerá-la idêntica àquela que vigorou no passado. Frente a este universo, simultaneamente de ruptura e continuidade, é que o pós-colonialismo faz proliferar histórias e temporalidades, introduzindo figuras da diferença cultural nas narrativas do pós-iluminismo eurocêntrico.

O pós-colonial faz multiplicar as conexões, em especial as descentradas e laterais, registrando os movimentos migratórios que compõem hoje o mundo. Exalta as questões do hibridismo, da “indecidibilidade cultural” e as complexidades da identificação diaspórica que interrompem a volta a “histórias originais fechadas e centradas em termos étnicos.” (HALL, 2003, p. 114).¹⁰

Seguindo os argumentos de Hall, o pós-colonial significa o processo inteiro de expansão, exploração, colonização e hegemonia imperial que produziu a fisionomia da modernidade capitalista europeia. As narrativas pós-coloniais deslocam as histórias da modernidade capitalista de seu centro europeu para as periferias dispersas em todo o globo, provocando uma “interrupção crítica na grande narrativa historiográfica.” (p. 113). Esse longo processo transformou as próprias colônias ou mesmo enormes extensões do mundo em regiões diaspóricas, pondo em questão ao que se poderia imaginar como culturas de origem.

Os movimentos transversais, transnacionais e transculturais, marcados desde sempre na história da colonização, têm ocorrido de distintas formas para alterar as relações de dominação e resistência inscritas em outras narrativas e formas de vida. Para Hall: “O outro deixou de ser um termo fixo no espaço e no tempo externo ao sistema de identificação e se tornou uma exterioridade constitutiva simbolicamente marcada, uma posição marcada de forma diferencial dentro da cadeia discursiva.” (HALL, 2003, p. 116).

Desta forma, para ressaltar a importância da crítica pós-

¹⁰Paul Gilroy nos lembra que o conceito de diáspora pode oferecer alternativas reais para “a inflexível disciplina do parentesco primordial e a fraternidade pré-política e automática”. Como alternativa à metafísica da raça, da nação e de uma cultura territorial fechada, a diáspora embarça a dinâmica histórica e cultural do pertencer ao revelar “parentescos sub e supranacionais, e permitindo uma relação mais ambivalente com as nações e com o nacionalismo.” (GILROY, 2008, p. 18-19).

colonial aos estudos comparados de literatura, recorre-se a quatro narrativas. A presença da língua portuguesa é um dos critérios delimitadores do *corpus*, o que deflagra, por sua vez, um contexto histórico e político particular.¹¹ Destacam-se *O evangelho segundo a serpente* (2006), romance de estreia da escritora portuguesa Faiza Hayat; *As mulheres do meu pai* (2007) e *Milagrário pessoal* (2010), do angolano José Eduardo Agualusa; *Réquiem para o navegante solitário* (2007), do escritor timorense Luís Cardoso. Tais obras elucidam as observações e reflexões desenvolvidas cuja síntese pode ser verificada a seguir.

Em primeiro lugar, tais livros evocam múltiplos territórios que se sobrepõem e se entrelaçam, informando equações históricas geradas por impérios, colônias e a globalização. Em segundo, apresentam travessias intercontinentais, proporcionando um conhecimento variado de identidades. Com efeito, a categoria viagem transforma-se num dos aspectos centrais. As motivações do excursionar multinacional devem ser analisadas, interrogando-as à luz de uma epistemologia do deslocar-se. Ao tema da identidade ajusta-se o conceito de diáspora. Os resultados de tais empreendimentos e configurações trazem a importância dos processos de hibridação como condição originária dos diversos agrupamentos sociais, em que pese os graus e modos de participação

¹¹ De acordo com Boaventura de Sousa Santos, historicamente, a norma é dada pelo colonialismo britânico e é em relação a ele que se define o perfil do colonialismo português, enquanto “colonialismo periférico”, isto é, colonialismo subalterno. No domínio das práticas coloniais, a perifericidade está no fato de Portugal ter sido, ele próprio, durante um longo período, dependente da Inglaterra, e, em certas circunstâncias, quase uma colônia informal daquele país. A união do colonialismo português com as estruturas de produção capitalista foi menos direta do que as que caracterizaram o colonialismo britânico. A especificidade do colonialismo português não se assenta exclusivamente em razões de economia política, manifestando-se igualmente nos planos das práticas cotidianas de convivência e de sobrevivência, de opressão e de resistência, de proximidade e de distância. Nos discursos e nas narrativas, manifesta-se no plano de outros saberes, das emoções e dos afetos, dos sentimentos e das ideologias. Além das razões acima mencionadas, há o fato de que o ciclo colonial português é de todos os colonialismos europeus, o mais longo, tendo precedido em três séculos o colonialismo capitalista central do século XIX.

¹² O tema da mestiçagem é vasto e complexo. Em *O pensamento mestiço*, Serge Gruzinski evidencia tal complexidade a partir de algumas questões, assim sintetizadas: As misturas resultantes da expansão colonial expressam uma reação à dominação europeia? As misturas são repercussões da dominação europeia e até mesma uma forma astuciosa de enraizar

e integração comunitárias.¹²

As estruturas narrativas derivam também da biografia de cada autor. Os referidos escritores transitam por diversos países, vivenciando especificidades regionais e locais que acabam por dinamizar os signos da nacionalidade. São habitantes de um mundo marcado pelos efeitos da globalização capitalista.

A escritora portuguesa Faíza Hayat vive em Barcelona, tendo viajado para outros continentes, em especial pelos países do Terceiro Mundo. A cultura oriental e muçulmana está incorporada à sua formação identitária. O angolano José Eduardo Agualusa divide seu tempo entre a Europa, África e Brasil. Este último país é referência contínua em suas obras. O primeiro romancista do Timor, Luís Cardoso, vive atualmente em Lisboa.

Uma das recorrências nas narrativas citadas é a experiência transnacional das personagens, movimentando o tema da identidade multicultural. Em *O evangelho segundo a serpente*, Faíza, personagem homônima à autora do romance revela suas origens: o pai possui procedência oriental; o avô paterno africana.

Amplificam-se as diferenças, à medida que a personagem narra sua condição de mulher num espaço singularíssimo: o deserto africano do Egito. Ali, apaixona-se por um jovem cientista carioca chamado Marcelo que está à caça dos fragmentos perdidos dos novos evangelhos, escritos na língua copta. Em Paris, Marcelo, quando interrogado por um grupo de colegas acerca de sua identidade ser ou não brasileira, responde jocosamente: “Não tenho certeza. Sou Flamengo. Emociona-me mais o hino do Flamengo do que o hino do Brasil.” Na sequência teoriza: “A naturalidade é um acidente, a nacionalidade, um artifício. Um clube é uma escolha do coração.” (p. 71).

Durante um debate acadêmico na Universidade de Lisboa, Faíza é acusada de não ser portuguesa, confessando que crescera, sem espanto nem problemas, entre duas culturas, duas línguas, duas

nossos costumes no seio das populações subjugadas? Até que ponto uma sociedade ocidental pode tolerar a eclosão proliferadora de expressões híbridas? Que sentido, que limites e que ciladas se escondem na metáfora tão cômoda da mistura? Como se desenvolve um pensamento mestiço? A obra de Gruzinski aborda as relações coloniais ibéricas no continente americano, com destaque para o México.

formas diferentes de ver o mundo: “o meu pai é um goês muçulmano. A minha mãe era uma lisboeta católica.” (p. 70). Interrogada sobre sua identidade, isto é, se se considerava mais portuguesa ou indiana, cristã ou muçulmana, alerta:

Eu sinto-me mais humana. Uma religião é uma janela sobre Deus. Um idioma é uma janela sobre a alma. Cresci, felizmente, numa casa com muitas janelas. Acho que nunca vi Deus, é verdade, mas pelo menos entrava bastante sol. Sou portuguesa por distração, isto é, nem isso me aflige, nem tão pouco me arrebatava. Vivo em Barcelona com saudades do meu bairro, a Graça, onde nasci e cresci, e com mais saudades ainda do deserto, que não me pertence nem por nascimento nem herança cultural, e no qual, todavia, me sinto em casa. (p. 71).

Faiza finaliza a discussão, parecendo-lhe estúpido que alguém pudesse matar em nome de um Deus ou de um determinado conjunto de referências culturais. Acredita ser ainda mais incompreensível matar em nome da nacionalidade: “uma linha a tinta preta assinalada num mapa.” (p. 72). Tais reflexões vão ao encontro das palavras de Said quando afirma: “o exilado sabe que num mundo secular e contingente, as pátrias são sempre provisórias. Fronteiras e barreiras, que nos fecham na segurança de um território familiar, também podem se tornar prisões e são, com frequência, defendidas para além da razão ou da necessidade.” (SAID, 2003, p. 58).

Em *As mulheres de meu pai*, do escritor José Eduardo Agualusa, o assunto se repete desde o instante em que a personagem Laurentina viaja de Portugal para o território africano a fim de conhecer o pai, Faustino Manso, famoso músico angolano que tivera dezoito filhos com distintas mulheres. A curiosidade é despertada quando a mãe, antes de falecer, confia à Laurentina que esta é filha adotiva.

Com a morte de Faustino, a jovem parte para a África, convencendo o namorado a acompanhá-la. Contrariado, Mariano Maciel ou Mandume, filho de um casal angolano cujos familiares foram assassinados pelo regime angolano pós-independência, segue a moça. Laurentina e Mandume entram em crise, desencadeada, entre outras razões, pela presença do jovem escritor Bartolomeu

Falcato, sobrinho de Laurentina.

Nessa viagem de reconhecimento identitário, que se estende de Angola a Moçambique, passando pela África do Sul, a rivalidade entre Bartolomeu e Mandume cresce à medida que Laurentina, gradativamente, se aproxima do escritor africano, alimentando o ciúme e a ira do namorado:

Nunca gostei de África. Vi como a África destruiu os meus pais. Li alguns livros que eles guardam no escritório, isso que alguns chamam de literatura angolana: a vitória é certa camarada! A poesia é uma arma, Sábado vermelho. Panfletos políticos, escritos, o mais das vezes, com os pés. Raízes? Raízes têm as plantas e é por isso que não se podem mover. Eu não tenho raízes. Sou um homem livre. Raízes têm as árvores, nem eu nem tu [Laurentina] somos africanos. (p. 42).

Em outra passagem, procura se convencer de que sua identidade é portuguesa: “Felizmente os meus pais ficaram em Portugal. Nasci em Lisboa. Sou português. Houve uma fase da minha vida, entre as dores e os ardores da adolescência, em que tive dúvidas. Não sabia muito bem a que mundo pertencia.” (p. 70).

As 550 páginas de *As mulheres de meu pai*, num complexo extraordinário de vozes narrativas emaranhadas, ganham coerência artística através de uma organização precisa e magistral. Como ocorre em suas narrativas, Agualusa articula, com habilidade, a verdade histórica e biográfica com a imaginação literária, posicionando-se em defesa de universos culturais híbridos como emblemas da utopia multicultural.

Em *Milagrário pessoal* (2010), José Eduardo Agualusa traz como personagem a palavra e suas múltiplas dimensões. Desde as primeiras páginas, a força expressiva dos vocábulos é objeto de reflexão, acompanhando juntamente com as demais personagens, seus significados na configuração da identidade das comunidades e nações. A cultura e a história são realçadas pela palavra que ganha poderoso estatuto de criar identidades.

O texto de Agualusa vai forjando, paralelamente aos acontecimentos vividos pelas personagens, uma cadeia textual que resulta em múltiplos contatos, levando os dois protagonistas, um

octogenário professor e sua ex-aluna Iara, a uma viagem ao Brasil, mais especificamente à cidade de Olinda, em Pernambuco, a fim de buscar informações etimológicas de palavras empregadas por uma jornalista num jornal português.

Ao chegar ao Brasil, Iara e o professor, além dos contatos para dar prosseguimento à pesquisa, comentam acerca das características culturais e arquitetônicas do lugar e do país, comparando-as com as cidades de Lisboa e as dos países africanos de língua portuguesa.

Um dos traços evocados para o estabelecimento comparativo é a origem de determinadas palavras. Numa conversa com Iara, o professor provoca a moça, sugerindo que a mesma faça uma lista de vocábulos que considera belos. Minutos antes, Iara mostrara algumas: afago; açucena; lume; pitanga; langue; morena; morança; desamparinho.

Iara brinca com o professor chamando a atenção de duas palavras que seriam originárias do português de África. O professor corrige-a, acrescentando outras informações acerca das palavras selecionadas:

Pitanga não tem origem africana, vem do tupi e significa avermelhado; quissange, sim. Açucena e afagar são de proveniência árabe. Morança é um termo do crioulo guineense, designando agregado familiar. A palavra desamparinho, uma das mais belas do crioulo cabo-verdiano, dá nome àquela hora feliz, ao final da tarde, quando o dia cede lugar à noite, o calor esmorece e os velhos se sentam nos passeios, fruindo o fresco e as cigarras, e vendo as moças passarem sacudindo as ancas. (2010, p. 71).

Uma nova consciência geográfica descentrada dita os ritmos nas páginas de *Réquiem para o navegante solitário* (2007), do escritor timorense Luís Cardoso,¹³ O descentramento está no desabrochar de uma nova literatura – a do Timor - e na revelação de

¹³ O escritor Luís Cardoso de Noronha nasceu no Timor-Leste, em Cailaco, uma região próxima à fronteira com Timor Ocidental (Loro Moro), em 1959. Seu pai era pertencente ao ramo étnico calade e língua materna *mambai*, e sua mãe também da etnia calade, era falante de *lacló*. Em casa a língua adotada foi tétum.

culturas, que se cruzam, fruto do colonialismo, das migrações, das deportações, dos êxodos e exílios, da presença de viajantes e aventureiros.

Réquiem para o navegante solitário revela ainda episódios embrionários da resistência timorense ao colonialismo. Traz os sinais da ascensão de Hitler na Alemanha e da guerra civil espanhola, assentando-se temporalmente, todavia, no conflito mundial da Segunda Guerra e seu efeito sobre o pequeno país. Conflito esse que repercute na personagem Rodolfo Marques da Costa que gostaria que tal acontecimento, tão distante no seu entender, permanecesse em continente europeu. O português comunista deportado pelo autoritarismo salazarista, temeroso dos fatos situados na Europa, apresenta seu olhar sobre o país que o recebeu: “Que ninguém ousasse trazê-los para aquela ilha perdida no fim do mundo, que os governantes portugueses tão bem tinham sabido esconder da cobiça das potências, da avidez dos ricos, reduzindo-a a uma nulidade confrangedora.” (p. 78).

Timor era: “Um sítio para deportados, um depósitos de esquecidos, uma ilha prisão cercada pelo mar infestado de tubarões e de piratas em busca de pérolas, pedras preciosas e de gatas, donde ninguém o podia fugir.” (p. 78).

Dessa forma, de “ilha que mais parecia um navio ancorado no fim do mundo, doce encanto dos territórios do além-mar, onde nada havia para fazer e tudo estava por fazer” (p. 31), Timor será em sua história, brutalmente violado. Basta recordar a bárbara invasão patrocinada pela Indonésia em 1975, logo após as negociações de independência com Portugal. Em 2002, o território timorense liberta-se do governo indonésio, obtendo apoio dos portugueses.

Nas travessias empreendidas, as constantes chegadas e partidas deram ao país um caráter multifacetado, resultado das experiências de viajantes vindos de muitos lugares. Nessa perspectiva, a categoria do hibridismo torna-se uma condição analítica preciosa na interpretação do romance. Assim, as personagens compõem-se quase sempre de uma formação cultural híbrida em que despontam, conjuntamente, valores ocidentais e orientais, exemplificados, entre outros aspectos, na duplicação de

seus nomes. O guerrilheiro nacionalista, conhecido por Malisera, chamava-se Adriano da Fonseca. Outros exemplos são permanentes.

O pai da protagonista Catarina, “era um chinês do continente, convertido ao Cristianismo.” A própria Catarina tivera uma educação europeia, ministrada pela esposa de um “aristocrata húngaro que, depois de ter feito várias tentativas para atravessar o oceano Pacífico numa frágil jangada, se estabeleceu nas Índias Orientais Holandesas para se dedicar ao estudo da música de Java.” (p. 12).

De acordo com a jovem, saber línguas estrangeiras, ler os clássicos, tocar piano e admirar Debussy, seria um “sortido de extravagâncias para ornamentar uma excelente carta de apresentação.” O papel adequado da mulher oriental aos anseios dos conquistadores europeus era a perfeita união de duas culturas, escrevia, ironicamente: “A asiática representada pela pele de seda, os olhos rasgados, os cabelos pretos e a minha postura como uma deusa ou a de uma gata, e a europeia entendida na forma sedutora como poetas, pintores e músicos a representam, uma bailarina dançando ao sabor da cadência das palavras sussurradas.” (p. 12).

Por fim, neste recorte analítico, estão explícitos os conceitos que norteiam a crítica pós-colonial que, por sua vez, faz avançar um novo e frutífero processo metodológico e teórico aos estudos de literatura. A imersão em culturas distintas provocadas pela desterritorialização e deslocamentos caracteriza as estruturas narrativas acima expostas. A fluidez das fronteiras dos gêneros está presente. Os textos apresentam o uso de imagens, símbolos e mitos das regiões exploradas. Com efeito, a hibridação linguística através dos recursos de cartas, diários, relatórios pesquisa e fontes de textos antropológicos e poéticos compõem o repertório dos romances examinados.

Embora originalmente a literatura comparada surja no auge do imperialismo europeu, estando ligada a ele, ela possui a finalidade original de ver, “em conjunto e em contraponto, várias culturas e literaturas”, indo além do “isolamento e do provincianismo”. Afinal, como ressalta Said, “a constituição e os primeiros objetivos da literatura comparada eram adotar uma perspectiva além da nação a que pertencia o indivíduo, observar alguma espécie de totalidade em lugar do pequeno retalho oferecido pela cultura, literatura e

história da pessoa.” (SAID, 1999, p. 78). Levando em consideração tal pressuposto *inter-nacional*, a crítica pós-colonial revisa as questões de diferença cultural, da autoridade social e da discriminação política a fim de observar as situações antagônicas e ambivalentes no interior das racionalizações generalizadoras da modernidade ocidental.

As narrativas de ficção, acima comentadas, acabam por revelar o caráter mundial da literatura quando as diferenças e peculiaridades culturais e históricas projetadas pela crítica pós-colonial buscam reposicionar as relações de poder do campo literário. Neste caso, uma visão contrapontística, como defende Said, é significativa, uma vez que, por meio dela, se processam os embates entre o local e o global, indicando que, através das travessias e encontros, se forjam o ambiente da razão crítica multicultural. Esta estimularia um mundo policêntrico e plural. Neste universo, as hegemonias literárias seriam resultados, não do fundamentalismo mercadológico, mas de produções culturais polifônicas como expressão de um novo capital mundial.

The contribution of post-colonial critique to the study of comparative literature

Resumen: El presente ensayo apunta contribuciones de la crítica poscolonial a los estudios de literatura comparada. Resalta sus principales categorías como transnacionalidad, hibridación y diáspora, observando su importancia en la constitución de los sujetos y en la investigación de narrativas elaboradas en el actual nivel del modo de producción capitalista. El trabajo examina un grupo de narrativas de lengua portuguesa cuyas peculiaridades endosan una estética diaspórica y multicultural. Los libros seleccionados son *O evangelho segundo a serpente* (2006), novela de estreno de la escritora portuguesa Faíza Hayat; *As mulheres do meu pai* (2007) e *Milagrário pessoal* (2010), del angolano José Eduardo Agualusa; *Réquiem para o navegante solitário* (2007), del escritor timorense Luís Cardoso.

Palabras-clave: Literatura Comparada. Crítica Poscolonial. Narrativas de Lengua Portuguesa. Traslados de la identidad cultural.

Referências

AGUALUSA, José Eduardo. *As mulheres de meu pai*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.

_____. *Milagrário pessoal*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.

BRUNEL, P.; PICHOS, C. L.; ROUSSEAU, A. M. *Que é literatura comparada?*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de estética e de literatura*. São Paulo: Hicitec, 1997.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARDOSO, Luís. *Réquiem para o navegante solitário*. Lisboa: Dom Quixote, 2007.

COUTINHO, Eduardo F. *Literatura comparada na América Latina*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GILROY, Paul. *O atlântico negro*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HAYAT, Faíza. *O evangelho segundo a serpente*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2006.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.

LUDMER, Josefina. *O gênero gauchesco: um tratado sobre a pátria*. Chapecó: Argos, 2002.

MATA, Inocência. *A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões*. Luanda: Nzila, 2007.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

REVISTA BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA. Associação Brasileira de Literatura Comparada, Rio de Janeiro: Abralic, v. 1, n. 1, 1991.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (Org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009.